

Associações evitam oportunismo eleitoral

Vânia Rodrigues

Os movimentos comunitários de Brasília que defendem especificamente os direitos da população não vão permitir que candidatos à Câmara Legislativa do DF usem as associações de moradores com interesses eleitorais. As prefeituras e entidades representativas do Plano Piloto, por exemplo, suspenderam temporariamente a criação do Conselho Comunitário porque a maioria das pessoas que se ofereceram para participar do projeto vai disputar as eleições de 3 de outubro. a Câmara do Cidadão, em fase de implantação, também



fez restrições na escolha da comissão fundadora, e não aceitou a participação de nenhum candidato.

“Não podemos favorecer o oportunismo político e aceitar que os pseudo-líderes comunitários nos usem para angariar votos”, afirma Antônio Rocha, presidente da Associação de Moradores das 700 (Asmor). O prefeito do Lago Sul, Dickran Barberian, também é contra o envolvimento das entidades comunitárias com os candidatos que estão em campanha para a Câmara Distrital. “Não somos contra os candidatos, mesmo porque os eleitos serão os nossos representantes, mas a campanha política não pode se confundir com os trabalhos comunitários, que visam puramente lutar pelos direitos dos cidadãos”, ressalta Dickran.

Os representantes do Lago Sul e da Asmor enfatizam que diariamente recebem propostas de candidatos dispostos a ajudar a resolver

os problemas da comunidade, mas eles estão cautelosos para evitar o oportunismo político. “Estas duas áreas abrigam um grande número de eleitores; só o Lago tem cerca de 98 mil. Então, é natural que os candidatos tenham interesse em aparecer nestas regiões”. Dickran e Rocha acrescentam ainda que “felizmente” eles já estão começando a perceber que não terão espaço político dentro das associações, e que seria desgastante continuar tentando conquistar os seus votos por este caminho.

A implantação da Câmara do Cidadão já conta com o apoio e a participação de 20 associações e prefeituras comunitárias em todo o DF, mas somente na próxima terça-feira será divulgado o estatuto com os direitos e deveres da entidade e até mesmo local onde ela vai funcionar. Dickran, que também é um dos membros da comissão fundadora da Câmara, adian-

tou que a partir da próxima semana eles já vão começar a fazer uma pesquisa com a comunidade para saber como está o funcionamento das secretarias do GDF, que servirá de ponto de partida para as reivindicações da Câmara.

As funções da entidade, porém, serão mais amplas. O conselho deliberativo da Câmara irá interceder para a solução dos pequenos problemas, seja de um morador isolado, da quadra ou da prefeitura, atendemos até os casos mais complexos que afetam uma satélite ou toda a população do DF. Já o Conselho comunitário — que embora suspenso continua sendo estudado por algumas lideranças comunitárias — irá mediar e lutar por questões mais abrangentes. “Queremos que o Conselho receba uma solicitação de uma quadra, mas se for verificando o problema que é generalizado, a solução terá que ser global”, defende Antônio Rocha.